



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE" ou "Sociedade")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

1) A SOCIEDADE

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia

deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:
Extensão de linhas em km: 2.792,29
Tensão em kV: 800/500
Subestações: 3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 1.255.776.241 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 1.232.630.799 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

3.2) Desempenho econômico-financeiro	2020	2019
• Liquidez geral	1,48	1,44
• Liquidez corrente	0,94	0,67
• Relação patrimônio líquido/ativo	32,60%	30,47%
• Relação passivo não circulante/ativo	54,59%	53,07%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	16,14%	10,85%
• Relação lucro operacional/ Patrimônio líquido	34,92%	27,14%
Ativos totais - R\$	12.555.230.203	12.005.748.925
Lucro líquido do exercício - R\$	660.741.412	396.952.389

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA:

A cada ano a Sociedade busca ser mais inclusiva. A Sociedade vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas

para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Sociedade vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Sociedade também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)				
Nota	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	
				Reapresentado Reapresentado
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	220.251.506	40.348.502	447.486.821
Concessionárias e permissionárias	8	139.129.270	145.594.991	-
Contas a receber - partes relacionadas	22	20.350	20.350	-
Adiantamento a fornecedores		2.104.004	2.984.116	834.836
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.347.485	76.523	3.150.338
Outros impostos a recuperar		8.155.149	14.834.437	6.276.979
Despesas antecipadas		2.499.756	10.881.532	1.169.005
Ativos de contrato	9	1.188.826.995	1.144.946.462	395.020.218
Outros ativos circulantes		1.995.625	365.536	250.438
		1.569.330.140	1.360.052.449	854.188.635
Ativo não circulante				
Títulos e valores imobiliários	7	126.866.480	71.346.218	-
Despesas antecipadas		-	-	186.889
Ativos de contrato	9	10.851.954.458	10.571.177.436	9.182.206.530
Imobilizado		962.617	912.738	1.728.441
Intangível		1.800.851	2.124.484	251.265
Outros ativos não circulantes		4.315.657	135.600	108.000
		10.985.900.063	10.645.696.476	9.184.481.125
Total do ativo		12.555.230.203	12.005.748.925	10.038.669.760
				Reapresentado Reapresentado
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	10	242.113.833	509.854.333	498.340.931
Fornecedores - partes relacionadas	22	285.531	3.779	-
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	242.082.929	264.233.578	-
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	11	1.021.103.627	1.203.605.697	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		15.815.714	-	-
Outros impostos a pagar		33.298.092	20.533.636	16.072.939
Taxas regulamentares		8.667.011	2.871.597	-
Dividendos propostos		98.341.757	6.629.940	2.858.891
Outros passivos circulantes		6.569.676	12.402.903	9.638.330
		1.668.278.170	2.020.135.463	526.911.091
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	4.791.268.161	4.546.817.279	3.608.475.878
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	11	-	-	1.263.488.303
Impostos diferidos	12	1.972.521.415	1.780.101.076	1.374.280.721
Outras provisões - compensação ambiental		29.708.685	101.955	-
Outros		101.955	104.759	104.759
		6.793.600.216	6.327.023.114	6.246.349.661
Patrimônio líquido	14			
Capital social		2.771.001.000	2.771.001.000	2.771.001.000
Capital a Integralizar		(480.000.000)	(480.000.000)	(480.000.000)
Reserva legal		67.931.488	34.894.417	15.046.798
Reserva de lucros		1.020.440.802	656.363.983	283.030.262
Reserva especial de lucros a realizar		676.330.948	676.330.948	676.330.948
Reserva de incentivos fiscais		37.647.579	-	-
		4.093.351.817	3.658.590.348	3.265.409.008
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.555.230.203	12.005.748.925	10.038.669.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)							
	Reserva de Lucros						
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados
Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)	2.771.001.000	(480.000.000)	15.046.798	676.330.948	283.030.262	-	- 3.265.409.008
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	396.952.389
Constituição de reserva legal	-	-	19.847.619	-	-	-	(19.847.619)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	-	373.333.721	-	(373.333.721)
Dividendos propostos (Nota 14)	-	-	-	-	-	-	(3.771.049)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	2.771.001.000	(480.000.000)	34.894.417	676.330.948	656.363.983	-	- 3.658.590.348
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	660.741.412
Constituição de reserva legal	-	-	33.037.071	-	-	-	(33.037.071)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM	-	-	-	-	37.647.579	-	(37.647.579)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	-	590.056.762	-	(590.056.762)
Dividendos adicionais conf. AGO de 08 de julho de 2020	-	-	-	-	-	-	(110.859.113)
Juros sobre capital próprio conf. AGE de 28 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	(115.120.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.771.001.000	(480.000.000)	67.931.488	676.330.948	1.020.440.802	37.647.579	- 4.093.351.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 07 de agosto de 2015 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 22 de agosto de 2019 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** No dia 22 de outubro de 2015, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2015 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro: (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares. (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em ±800kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.534km com um cabo de para-raios em fibra óptica. (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km. (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. (vii) Em 14 de Outubro de 2019, a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberação definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em R\$988.030.985 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo

quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 1.232.630.799 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 1.255.776.241 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3. Coronavírus (COVID-19): Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Medidas de assistência governamental:** Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes: (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020. (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020. (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020. (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras. A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020. **Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	883.365.171	594.184.302
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	515.353.400	458.425.176
Depreciação e amortização	554.581	243.445
Provisão para perda de crédito esperada	1.979.099	-
Provisão para contingência	101.953	-
Outras provisões - compensação ambiental	4.613.317	-
Atualização monetária	(104.759)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	4.486.623	(145.594.991)
Contas a receber - partes relacionadas	-	(20.350)
Ativo de contrato	(324.657.555)	(2.138.762.455)
Impostos a recuperar	408.326	(5.483.642)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	880.112	(2.149.281)
Despesas antecipadas	8.381.777	-
Outros ativos	(5.810.147)	(9.668.337)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	(267.458.748)	11.630.044
Juros pagos	(170.676.593)	(2.970.250)
Tributos e contribuições sociais	14.930.287	213.049.134
Impostos pagos	(33.821.660)	-
Taxas regulamentares	5.795.414	2.871.597
Compensação ambiental	25.095.368	-
Outros passivos	(5.833.228)	2.651.710
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	657.612.738	(1.021.593.898)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(310.829)	(1.435.650)
Títulos e valores mobiliários	(55.520.261)	(71.346.218)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(55.831.090)	(72.781.868)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimo captados	201.107.735	817.237.447
Empréstimo pagos	(505.986.379)	(130.000.000)
Dividendos pagos	(117.000.000)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	(421.878.644)	687.237.447
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	179.903.004	(407.138.319)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.348.502	447.486.821
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	220.251.506	40.348.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) Como parceiro do Projeto Craque do Amanhã, a Companhia doou 18 toneladas de alimentos e materiais de limpeza para a comunidade do entorno, em São Gonçalo (RJ); (ii) Juntamente com a Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") com recursos financiados pela linha de Investimento Social Empresarial do BNDES, a Companhia doou: a. 264 leitos hospitalares para o "Hospital Campanha" do Rio Centro, construído pela Prefeitura do Rio de Janeiro. b. 11.000 cestas básicas para 44.000 pessoas em situação de vulnerabilidade social. (iii) Doação de 100 mil máscaras de proteção para uso por médicos e enfermeiras no Estado do Rio de Janeiro; (iv) Doação de R\$ 1.000.100,00 ao Fundo de Correspondência do BNDES "Salvando Vidas", por meio da linha BNDES de Investimento Social Empresarial; (v) Doação de equipamentos hospitalares e EPI ao município de Paracambi/RJ, Anapu/PA e Itumbiara/GO por meio da linha BNDES de Investimento Social Empresarial; (vi) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio; (vii) Implementação do Protocolo COVID-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens; (viii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa; (ix) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio; (x) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitam; (xi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp; (xii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da COVID-19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade; (xiii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos; (xiv) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho; (xv) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades; (xvi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes; (xvii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto; (xviii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70%. **Impacto nas demonstrações financeiras:** No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de: (i) Defícites na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como defícites na



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)**

conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA). (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações; Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc.) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a COVID, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 30 de março de 2021. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

3.3. Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** A partir de 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos

serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Receita operacional: As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno inclui sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **a) Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros

mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo do ano de 2020, a Companhia identificou diferenças temporárias relacionadas ao IRPJ e CSLL diferidos entre ICP 01 - Contratos de Concessão e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente que não foram reconhecidos à época. Com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", a Companhia procedeu com a reapresentação para correção deste erro. Adicionalmente houve reclassificações de valores que se encontravam-se em Adiantamento a fornecedores para Contas a receber partes relacionadas no montante de R\$ 20.350 e para Outros ativos circulantes no montante de R\$ 365.536. Também foram reclassificados os saldos de outros impostos a pagar de R\$ 12.290.040 para Outros passivos circulantes. Em 01 de dezembro de 2019, foram reclassificados os saldos de Importações em andamento no montante de R\$ 3.617 para ativo de contrato e R\$ 250.437 de Adiantamento a fornecedor para Outros ativos circulantes. Reclassificação de outros impostos a pagar de R\$ 9.638.330 para Outros passivos circulantes

Balanço Patrimonial	Ref.	31/12/2019		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores	(ii)	3.370.002	(385.886)	2.984.116
Contas a Receber partes relacionadas	(ii)	-	20.350	20.350
Outros ativos circulantes	(ii)	-	365.536	365.536
Demais ativos circulantes não impactados		1.356.682.447	-	1.356.682.447
		1.360.052.449	-	1.360.052.449
Ativo não circulante				
Ativos de contrato		10.571.177.436	-	10.571.177.436
Demais ativos não circulantes não impactados		74.519.040	-	74.519.040
		10.645.696.476	-	10.645.696.476
		12.005.748.925	-	12.005.748.925
Total do ativo	Ref.	31/12/2019		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	(ii)	509.970.976	(116.643)	509.854.333
Fornecedores - partes relacionadas	(ii)	-	3.779	3.779
Outros impostos a pagar	(ii)	32.823.675	(12.290.039)	20.533.636
Outros passivos circulantes	(ii)	-	12.402.903	12.402.903
Dividendos propostos	(i)	6.140.887	489.053	6.629.940
Demais passivos circulantes não impactados		1.470.710.872	-	1.470.710.872
		2.019.646.410	489.053	2.020.135.463
Passivo não circulante				
Tributos diferidos	(i)	1.832.750.989	(52.649.913)	1.780.101.076
Demais passivos não circulantes não impactados		4.546.922.038	-	4.546.922.038
		6.379.673.027	(52.649.913)	6.327.023.114
Patrimônio líquido				
Capital social		2.771.001.000	-	2.771.001.000
Capital a integralizar		(480.000.000)	-	(480.000.000)
Retenção de lucros	(i)	607.947.844	48.416.139	656.363.983
Reserva especial de lucros	(i)	675.160.184	1.170.764	676.330.948
Reserva Legal	(i)	32.320.460	2.573.957	34.894.417
		3.606.429.488	52.160.860	3.658.590.348
Total do passivo e do patrimônio líquido	Ref.	31/12/2019		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	2.476.477.438	-	2.476.477.438
Outros		(1.882.293.136)	-	(1.882.293.136)
Imposto de renda e contribuição social	(i)	(205.919.002)	8.687.089	(197.231.913)
Lucro líquido do exercício		388.265.300	8.687.089	396.952.389

A seguir impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em 01 de janeiro de 2019:

Balanço Patrimonial	Ref.	01/01/2019		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores	(ii)	4.702.337	(3.867.501)	834.836
Outros ativos circulantes	(ii)	-	250.438	250.438
Demais ativos circulantes não impactados		853.103.361	-	853.103.361
		857.805.698	(3.617.063)	854.188.635
Ativo não circulante				
Ativos de contrato		9.178.589.467	3.617.063	9.182.206.530
Demais ativos não circulantes não impactados		2.274.595	-	2.274.595
		9.180.864.062	3.617.063	9.184.481.125
		10.038.669.760	-	10.038.669.760
Total do ativo	Ref.	01/01/2019		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		498.340.931	-	498.340.931
Impostos e contribuições sociais	(ii)	25.711.269	(9.638.330)	16.072.939
Outros passivos circulantes	(ii)	-	9.638.330	9.638.330
Dividendos propostos	(i)	2.452.367	406.524	2.858.891
		526.504.567	406.524	526.911.091
Passivo não circulante				
tributos diferidos	(i)	1.418.243.545	(43.962.824)	1.374.280.721
Demais passivos não circulantes não impactados		4.872.068.940	-	4.872.068.940
		6.290.312.485	(43.962.824)	6.246.349.661
Patrimônio líquido				
Capital social		2.771.001.000	-	2.771.001.000
Capital a integralizar		(480.000.000)	-	(480.000.000)
Retenção de lucros	(i)	242.784.329	40.245.933	283.030.262
Reserva especial de lucros	(i)	675.160.184	1.170.764	676.330.948
Reserva legal	(i)	12.907.195	2.139.603	15.046.798
		3.221.852.708	43.556.300	3.265.409.008
Total do passivo e do patrimônio líquido	Ref.	01/01/2019		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	5.442.951.241	-	5.442.951.241
Outros		(5.050.681.755)	-	(5.050.681.755)
Imposto de renda e contribuição social	(i)	(134.125.595)	42.792.060	(91.333.535)
Lucro líquido do exercício		258.143.891	42.792.060	300.935.951

(i) Ajustes para correção de erros de reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos referente à diferenças temporárias entre os cálculos do ICP 01 - Contratos de Concessão e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente
(ii) Correção de classificações indevidas em 2019 entre contas patrimoniais para melhor classificação e comparabilidade em 2020.



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes: • Contratos onerosos (alterações ao CPC 25); • Reforma de taxas de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26); Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Bancos	9.974.740	952.830	416.747
Aplicações financeiras	210.276.766	39.395.672	447.070.074
	220.251.506	40.348.502	447.486.821

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 103,18% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Conta reserva - financiamentos	126.866.480	71.346.218	-
	126.866.480	71.346.218	-

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
A vencer	138.104.814	141.558.245	-
Vencidas até 30 dias	62.102	1.324.374	-
Vencidas até 60 dias	135.297	493.858	-
Vencidas até 90 dias	35.498	633.934	-
Vencidas há mais de 90 dias	2.598.955	1.584.580	-
	140.936.666	145.594.991	-

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE)	(1.807.396)	-	-
	139.129.270	145.594.991	-

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-
Reversão	495.288	-	-
Adição	(2.302.684)	-	-
Saldo em 31 de dezembro	(1.807.396)	-	-

9. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Circulante	1.188.826.995	1.144.946.462	395.020.218
Não circulante	10.851.954.458	10.571.177.436	9.182.206.530
	12.040.781.453	11.716.123.898	9.577.226.748

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 está assim apresentada:

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	11.716.123.898	-
Receita de O&M	-	239.335.226	-
Receita de remuneração	-	1.442.547.941	-
Recebimentos	-	(1.383.894.201)	-
Imobilizado em curso (i)	-	26.668.589	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.040.781.453	-	-
Circulante	1.188.826.995	-	-
Não circulante	10.851.954.458	-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-	9.577.226.748	-
Receita de construção	-	1.355.282.325	-
Receita de O&M	-	79.844.949	-
Receita de remuneração	-	1.294.748.034	-
Recebimentos	-	(474.865.168)	-
Imobilizado em curso (i)	-	(116.112.990)	-
Obrigações especiais	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	11.716.123.898	-
Circulante	-	1.144.946.462	-
Não circulante	-	10.571.177.436	-

(i) Saldo se refere basicamente a adiantamentos pré-operacionais aguardando o envio das notas para a baixa. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

10. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Provisão para encerramento de obra (i)	154.876.525	397.980.243	-
Fornecedores relacionados à construção	82.941.344	96.892.161	477.838.270
Gastos ambientais e fundiários	255.421	4.684.959	1.292.686
Prestadores de serviços	3.459.798	1.344.682	15.528.511
Outros	580.745	8.952.288	3.681.464
	242.113.833	509.854.333	498.340.931

(i) Variação refere-se à baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida com terceiros			
Descrição	Início	Vencimento	Garantias - Encargos
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
BNDES, nov/18 nov/42 SGBH 5,62%	5.033.351.090	4.811.050.857	3.608.475.878
	5.033.351.090	4.811.050.857	3.608.475.878
Circulante	-	-	-
- terceiros	242.082.929	264.233.578	-
Não circulante - terceiros	4.791.268.161	4.546.817.279	3.608.475.878
	5.033.351.090	4.811.050.857	3.608.475.878

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como intervenção. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000,00 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões,

quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) x 2,52% e com prazo de amortização de 24 anos. Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000,00 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros. Em 29 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447,00 (oitocentos e dezesseis milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES. Esse financiamento será pago em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042. Em 19 de junho de 2020, a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao Subcrédito "C" no valor de R\$ 1.107.735,10 (um milhão, cento e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e dez centavos) junto ao BNDES. O Subcrédito "C" será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038. (i) **Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida. • Garantia corporativa da SGBH até completion físico-financeiro do projeto. As garantias prestadas no âmbito do contrato do BNDES permanecem válidas. (ii) **Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,3. No entanto, conforme o contrato, o índice deve ser apurado somente a partir de 2021, primeiro ano em que nos 12 meses ocorrerá amortização do contrato. O Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito 18.2.0573.1 estabelece a obrigação de dobrar a conta reserva de 3 (três) para 6 (seis) vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço de dívida, caso o ICSD mínimo de 1,3 não seja atingido no exercício anterior.

b) Total da dívida com partes relacionadas

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
SGBH	jul/18	dez/21	N/A	CDI 108%	1.021.103.627	1.203.605.697	1.263.488.303
					1.021.103.627	1.203.605.697	1.263.488.303
Circulante	-	-	-	-	1.021.103.627	1.203.605.697	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	1.263.488.303
					1.021.103.627	1.203.605.697	1.263.488.303

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial		Liquidação	Novas	Liquidação	Saldo final
	bruto	variação				
	31/12/2019	monetária e cambial	juros	captações	principal	31/12/2020
BNDES	4.811.050.857	474.855.470	(140.844.825)	1.107.735	(112.818.147)	5.033.351.090
SGBH (i)	-	5.278.578	(5.278.578)	200.000.000	(200.000.000)	-
SGBH (ii)	1.203.605.697	35.219.352	(24.553.190)	-	(193.168.232)	1.021.103.627
Total	6.014.656.554	515.353.400	(170.676.593)	201.107.735	(505.986.379)	6.054.454.717

Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a Companhia deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentos e quarenta mil) debêntures, no valor de R\$ 440.000.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018. Em 31 de julho de 2018, foram deliberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentas e noventa mil) debêntures, no valor de R\$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 2 de agosto de 2018 no valor de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e 3 de setembro de 2018 no valor de 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015 - Aneel. Essas operações foram aprovadas pela Aneel através do Despacho nº 1465, datado de 3 de julho de 2018. Em janeiro de 2019, a XRTE pagou parcialmente seu empréstimo, amortizando R\$ 130 milhões da dívida total. Em 20 de dezembro de 2019, foram deliberadas as condições de sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). As principais características são: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 26 de dezembro de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 200.000 (duzentos mil) debêntures, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 03 de janeiro de 2020. Em 30 de abril de 2020, foi realizada a assembleia geral extraordinária, tendo deliberado a alteração de termo e condição das debêntures objeto das 3ª e 4ª emissões de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, entre a XRTE, na qualidade de emissora das debêntures e a SGBH, na qualidade de debenturista. Os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, inclusive tendo aval do debenturista, a alteração da data de vencimento, de modo que as debêntures passarão a ter prazo de vencimento final em 31 de dezembro de 2021. Em 14 de outubro de 2020, o BNDES aprovou a utilização de recursos da Receita Anual Permitida ("RAP") extraordinária, provenientes da antecipação da operação comercial do projeto, para quitação de empréstimo de curto prazo obtido com o acionista State Grid Brazil Holding S.A. até o valor de R\$ 423.000.000 (quatrocentos e vinte e três milhões). Em 5 de novembro de 2020, a XRTE pagou parcialmente um de seus empréstimos, amortizando R\$ 193.168.232 (cento e noventa e três milhões, cento e sessenta e oito mil e duzentos e trinta e dois reais) da dívida total e quitou integralmente as debentures emitidas em 2020 no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e juros no valor de R\$ 29.831.767,74 conforme aprovado pelo BNDES.

d) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2022	214.534.395
2023	214.534.395
2024	214.534.395
2025	214.534.395
2026 - 2042	3.933.130.581
	4.791.268.161

12. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Impostos diferidos ativos (i)	72.158.720	113.483.390	84.876.300
Impostos diferidos passivos (i)	(2.044.680.135)	(1.893.584.466)	(1.459.157.021)
	(1.972.521.415)	(1.780.101.076)	(1.374.280.721)

(i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre a origem inicial do ativo financeiro da Companhia. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionadas):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Ambiental	403.500	-	-
Cível (i)	1.376.870	313.212	309.795.855
Trabalhista	3.049.150	2.243.978	107.421
Servidões	596.130	-	-
Fiscal (i)	3.758.406	1.143.622	600.336
	9.184.056	3.700.812	310.503.612

(i) Variação refere-se a novos processos de natureza civil e fiscal ao longo de 2020.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.771.001.000, dividido em 2.771.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2020 e 2019
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por

Ações nº 6.404/76. c) **Reserva de retenção de lucros:** A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d) **Reserva especial de lucros a realizar:** A Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes dos ajustes do CPC 47, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018. Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

e) **Reserva de incentivos fiscais:** A XRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado "Lucro da Exploração" por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 37.647.579 em 31 de dezembro de 2020. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações finance



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

18. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas à concessão.

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva SUDAM (i)	37.647.579	-
Receitas de CCI	277.972	-
Demais Receitas e Rendas	-	2.724.928
Gastos Diversos Serviços de O&M	(634.274)	-
Serviços de terceiros	(624.152)	-
Outras receitas	(27.486)	-
	36.639.639	2.724.928

(i) Valor refere-se a reserva incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira (i)	13.208.682	76.538.396
Receitas de aplicações financeiras	13.707.091	27.222.624
Varição cambial	-	51.860.850
Outras receitas financeiras	147.155	1.187.523
Tributos sobre receitas financeiras	(645.564)	(3.732.601)
Despesa financeira (ii)	(521.758.002)	(475.166.417)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(307.233.177)	(385.337.533)
Juros empréstimos partes relacionadas	(40.497.930)	(73.087.643)
Atualizações TJLP	(167.622.293)	-
Multas e acréscimos moratórios	(1.924.682)	(718.388)
IOF, comissões e taxas	(65.134)	(15.546.736)
Outras despesas financeiras	(4.414.786)	(476.117)
	(508.549.320)	(398.628.021)

(i) Variação refere-se substancialmente na variação cambial ativa de contratos de importação de bens em dólar com as empresas Nari Group Corporation e China Electric Power em 2019 e redução na receita de aplicação financeira devido aos resgates ao longo de 2020.

(ii) Variação refere-se substancialmente no aumento da variação monetária BNDES TJLP e redução dos juros com os empréstimos da companhia com a SGBH e BNDES.

20. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	921.012.749	594.184.302
Adições/Exclusões não dedutíveis	26.222.525	27.752.812
Ajustes ICPC 01	(389.323.023)	(700.022.279)
Doações e subvenções para investimento	(37.647.579)	-
Juros sobre Capital Próprio	(115.120.830)	-
Lucro Real	405.143.842	(78.085.165)
Compensação PF/BN (30%)	(121.543.152)	-
Lucro Real (Após Compensação)	283.600.690	(78.085.165)
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(70.876.172)	-
Inc. Fiscais	972.799	-
IRPJ devido (25%)	(69.903.373)	-
CSLL (9%)	(25.524.062)	-
IR e CS correntes	(95.427.435)	-
IR e CS diferidos	(164.843.902)	(197.231.913)
	(260.271.337)	(197.231.913)
Alíquota efetiva	11%	-

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	220.251.506	40.348.502
Títulos e valores mobiliários	7	126.866.480	71.346.218

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	2	20.350	20.350
Concessionárias e permissionárias	8	139.129.270	145.594.991

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	10	242.113.833	509.854.333
Fornecedores Partes relacionadas	22	285.531	3.779
Empréstimos e financiamentos	11	5.033.351.090	4.811.050.857
Empréstimos partes relacionadas	11	1.021.103.627	1.203.605.697

21.2 Gestão de risco:

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1 Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	20.350	20.350
Outros	20.350	20.350

22.2 Passivo	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores - partes relacionadas	285.531	3.779
Serviços de engenharia SGSE (i)	281.752	-
Outros	3.779	3.779
Empréstimos com a SGBH (nota explicativa 11)	1.021.103.627	1.203.605.697

22.3 Resultado	31/12/2020	31/12/2019
Resultado - partes relacionadas	(43.120.821)	(76.102.601)
Aluguel (ii)	(1.998.739)	(3.014.958)
Serviços de engenharia SGSE (i)	(624.152)	-
Juros de empréstimo com a SGBH (nota explicativa 18)	(40.497.930)	(73.087.643)

(i) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de

engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 13 de agosto de 2020, a XRTE assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão Mantiqueira, na subestação de energia Terminal RIO - 500kV.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

22.4 Remuneração da Administração (pessoal-chave):

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidas no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado Remuneração fixa e variável (*)	31/12/2020	31/12/2019
Salário	3.766.511	6.349.882
Benefícios diretos e indiretos	227.375	2.488.528
Encargos	1.029.354	2.480.380
Provisões (13º salário, férias e bônus)	188.569	1.685.115
Valor total da remuneração	5.211.809	13.003.905

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

24. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2020	31/12/2019
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	18.181.248	18.181.248
Veículos	Carros	5.063.229	462.569
Equipamentos	Equipamentos	951.600	-
		34.196.077	28.643.817

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Está prevista para ocorrer no segundo semestre de 2021 a redução do capital social da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE"), no valor de R\$ 480 milhões de reais, por ser considerado excessivo, mediante o cancelamento de 480 milhões de ações ordinárias nominativas, conforme previsão do art. 173 da Lei 6.404/76. Considerando que ocorreram alterações significativas nas condições do financiamento do BNDES, principalmente com relação ao aumento do valor total do limite financiável e da emissão de debêntures pela XRTE integralmente adquiridas pela SGBH, a estrutura de capital do projeto foi alterada. Desta forma, o valor financiado via dívida aumentou, com a consequente redução na participação acionária da XRTE no plano de negócios, demandando, assim, uma revisão do capital social. O valor previsto de capital social de R\$ 2,291 bilhões já foi integralizado, restando apenas R\$ 480 milhões ainda registrados como capital subscrito, porém não integralizado no balanço patrimonial, para os quais pretende-se a redução. Destaca-se que, conforme atual estrutura de capital do projeto, o qual já está inclusive em operação comercial, não há mais a necessidade/previsão de integralização de tal valor. A redução de capital da XRTE pretendida foi submetida à aprovação prévia da ANEEL e do BNDES, sendo concedida ambas as autorizações através do Despacho ANEEL 436/2021 e Carta BNDES AE/DEENE1 nº21/ 2021, respectivamente. Dessa forma, o capital social da XRTE será reduzido de R\$ 2.771.001.000,00 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) e 2.771.001.000 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil) ações ordinárias nominativas para R\$ 2.291.001.000,00 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais) e 2.291.001.000 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil) ações. Ressalta-se que a redução de capital não prejudica a capacidade econômica e financeira da XRTE, nem o cumprimento de qualquer dever ou obrigação assumida, além de não se tratar de transferência financeira efetiva e sim apenas uma adequação documental.

DIRETORIA		
Ramon Sade Haddad Procurador	Anselmo Leal Procurador	Mariana de Oliveira Barbosa Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Xingu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes: Veja as Notas 3.4 e 8 das demonstrações financeiras: Principal assunto de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos ativos de contrato, das receitas de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes; (ii) a leitura dos contratos

de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (iii) a verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; e (iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de março de 2021, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.